

# AS OPERAÇÕES DE PAZ

Coronel Marcos Venício Mendonça

O Coronel de Infantaria Mendonça é o Chefe da Divisão de Operações de Paz da 3ª Subchefia do Comando de Operações Terrestres. Foi declarado aspirante a oficial em 1988 pela Academia Militar das Agulhas Negras. Possui os cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais; de Comando e Estado-Maior; e de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Especializou-se como paraquedista, guerreiro de selva e oficial de inteligência. No continente africano, participou de Missões das Nações Unidas em Moçambique (UN Operation in Mozambique-UNUMOZ) e na Costa do Marfim (UN Operation in Côte d'Ivoire-UNOCI). Comandou a Companhia de Comando do Comando Militar da Amazônia, em Manaus/AM, e o 41º Batalhão de Infantaria Motorizado, em Jataí/GO (marcosvenicio46@gmail.com).



Ainda durante a Segunda Guerra Mundial e sob a sombra dos horrores da Primeira Guerra Mundial (1914-1919), dois líderes mundiais conceberam uma carta onde começaram a idealizar aquilo que mais tarde seria chamado

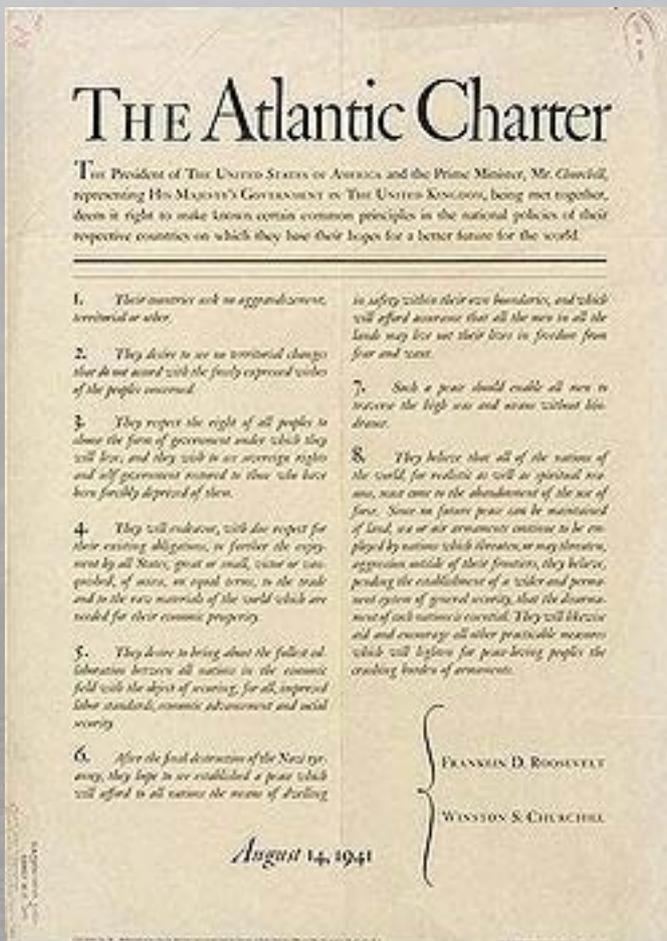
de Organização das Nações Unidas (ONU). Eram eles, o presidente norte-americano Franklin Roosevelt e o primeiro-ministro inglês Winston Churchill. Tal carta propunha um conjunto de ideias objetivando a paz e a segurança mundiais. O documento foi escrito a bordo do Navio *HMS Prince of Wales* e ficou conhecido como *The Atlantic Charter*, na Argentina, em Terra Nova, sendo emitida como declaração no dia 14 de agosto de 1941. Vinte dias depois, diversos governos interaliados aderiam unanimemente aos princípios comuns dessa carta.

Outros acordos vieram em seguida, mas somente em 24 de agosto de 1945, na cidade de São Francisco, a ONU passou a existir realmente com cinquenta membros, incluindo o Brasil.

Desde então, a ONU vem atuando em todos os continentes a fim de solucionar contendas surgidas por atritos entre e dentro de nações, agindo antes e após tais atritos, buscando, assim, dirimir arestas entre contendores e promover a tão desejada e utópica paz mundial.

A atuação desse organismo internacional ocorre em todos os campos do poder, mas, contraditoriamente, tem sido no campo militar onde tem encontrado maior reconhecimento mundial. O Brasil foi eleito dez vezes para o Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), e, atualmente, está empatado com o Japão como o país que tem servido o maior número de anos como membro eleito.

A primeira operação de paz no século XX ocorreu, ainda, sob a égide da Liga das Nações e foi para dirimir o litígio entre a Dinamarca e a Alemanha a respeito da Região de *Schleswig-holstein*, entre janeiro e junho de 1920. Uma região que possuía, na época, 270 mil habitantes. Para a região, foram enviados cerca de três mil homens oriundos da França e da Inglaterra. A missão era supervisionar um referendo, a respeito de quem ficaria com a região, e prover a manutenção da lei e da ordem. A Alemanha ficou com as áreas do centro e do sul do país, cabendo à Dinamarca o norte do território em disputa. Foi a primeira missão de paz bem-sucedida.



A Liga das Nações desenvolveria, ainda, mais onze missões, sendo a última delas com participação de militares brasileiros. Foi a primeira participação de militares brasileiros (na realidade, militar, pois foi apenas um da Marinha do Brasil) em missões de paz sob a égide de um organismo internacional. Essa missão foi instituída para sanar o litígio entre Colômbia e Peru sobre o município de Letícia. Nessa missão participaram três oficiais cedidos pelo Brasil, Espanha e Estados Unidos, com apoio de 150 militares colombianos. A missão consistiu em supervisionar a retirada das tropas irregulares peruanas que invadiram a região de Letícia em 1932 e administrar a cidade por um ano, entre 1933 e 1934.

A primeira missão da ONU foi estabelecida em outubro de 1947, tendo o Brasil enviado à Grécia três oficiais, um de cada Força Singular, para participarem da Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (*United Nations Special Committee on the Balkans, UNSCOB*, sigla em inglês). Essa comissão foi criada para monitorar a situação dos refugiados na fronteira entre a Grécia e a Albânia, bem como na fronteira entre a Bulgária e a Iugoslávia, países que estariam intervindo na guerra civil grega.

No ano seguinte, em maio de 1948, o CS/ONU autorizou a preparação e o envio de militares da ONU para o Oriente Médio, com o objetivo de monitorar o acordo de armistício entre Israel e seus vizinhos árabes, ao fim da Guerra de Independência de Israel. A *United Nations Truce Supervision Organization (UNTSO)* é a missão mais antiga da ONU, persistindo até os dias de hoje.

A terceira missão foi estabelecida entre Índia e Paquistão, em janeiro de 1949, e teve por nome *United Nations Military Observer Group in India and Pakistan (UNMOGIP)*. Essa operação, como a anterior, perdura até hoje.

Até o momento, a ONU desencadeou 71 missões de paz, sendo a mais recente a Missão das Nações Unidas para o Suporte da Justiça no Haiti (*Mission des Nations Unies pour l'appui à la justice en Haïti*

- *MINUJUSTH*, na sigla em francês), estabelecida em outubro de 2017.

Dessas missões, o Brasil participou de 39, tendo contribuído com a presença de aproximadamente 47,5 mil militares do Exército. Atualmente, a ONU possui 15 missões e o Brasil participa de nove delas.

Assim, ao longo dos anos, as operações de paz têm evoluído a fim de se adaptar às realidades específicas de cada conflito e da conjuntura política momentânea.

## AS OPERAÇÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DA ONU

As operações de paz com tropa não estavam previstas nos documentos iniciais da ONU e são uma evolução das missões de paz com observadores. Tais operações foram criadas na época em que as decisões do CS/ONU estavam ao bel-prazer das contendas da Guerra Fria.

A primeira missão enquadrada nessa situação foi a *United Nations Operation in Congo (ONUC)*, estabelecida no terreno em 1960. Foi a primeira missão em larga escala, atingindo até 20 mil homens. A ONUC apresentou os riscos que, a partir de então, envolveriam uma operação dessa natureza. Nessa missão, morreram 250 membros da ONU, inclusive o Representante do Secretário-Geral da ONU na missão (*SRSG*, sigla em inglês) Dag Hammarskjöld.

Entre 1960 e 1970, a ONU desencadeou as seguintes missões:

- *Mission of the Representative of the Secretary-General in the Dominican Republic (DOMREP)*;

- *UN Security Force in West New Guinea (UNSF)*;

- *UN Yemen Observation Mission (UNYOM)*;

- *UN Peacekeeping Force in Cyprus (UNFICYP)*;

- *UN Emergency Force II (UNEF II)*;

- *UN Disengagement Observer Force (UNDOF)*; e

- *UN Interim Force in Lebanon (UNIFIL)*.

Com o fim da Guerra Fria, o contexto no qual as operações de paz estavam inseridas até então mudou completamente, como também alterou a natureza dos conflitos. Originalmente

desenvolvidas como uma maneira de lidar com conflitos internacionais, as operações de paz passaram a atuar cada vez mais em conflitos intranacionais e guerras civis.

Após a queda do muro de Berlim e o início do século XXI, ocorreu um rápido aumento do número de operações de paz. Tal aumento ocorreu devido à necessidade de intervenção da ONU para dirimir os conflitos internos que emergiram, a partir do fim do colonialismo e da extinção da influência que era exercida pela antiga União Soviética, principalmente sobre os países africanos. Esse novo espectro fez a ONU



mudar seu modo de agir, vindo a impor a paz.

Entre 1989 e 1994, o CS/ONU autorizou um total de 20 novas operações de paz, aumentando o número de militares envolvidos nessas operações de 11 mil para 75 mil homens.

Nesse período, a ONU estabeleceu as seguintes missões:

- *UN Angola Verification Mission I (UNAVEM I)*;
- *UN Angola Verification Mission II (UNAVEM II)*;
- *UN Transitional Authority in Cambodia (UNTAC)*;
- *UN Observer Mission in El Salvador (ONUSAL)*;
- *UN Operation in Mozambique (ONUMOZ)*; e
- *UN Transition Assistance Group (UNTAG)*, na Namíbia.

Na primeira metade dos anos 90, derivando dos sucessos anteriores, surgem as operações de imposição de paz com mandatos menores voltados tão somente para a imposição da paz, com

recursos financeiros mais limitados, atribuindo assim capacidades além das possibilidades dos operadores da paz.

Desta forma, são estabelecidas missões onde os conflitos ainda estavam a decorrer e não havia paz para manter:

- *UN Protection Force (UNPROFOR)*, na antiga Iugoslávia;
- *UN Assistance Mission for Rwanda (UNAMIR)*; e
- *UN Operation in Somalia II (UNOSOM II)*.

Pelos poucos resultados obtidos, pela quantidade de baixas e por não conseguir evitar o genocídio de milhares de seres humanos, essas três operações foram cercadas de críticas e ceticismo. A ONU e seus representantes enfrentaram situações inusitadas, falhando nos acordos de paz entre as partes, pois não possuíam e nem providenciaram o aporte político necessário. O número de vítimas civis chegou a um nível elevado e as hostilidades continuaram. A reputação da ONU sofreu fortes arranhões.

Em outras regiões do mundo, as crises não haviam acabado e a ONU era "chamada" a intervir, continuamente. Na segunda metade dos anos 90, o CS/ONU autorizou:

- *UN Angola Verification Mission III (UNAVEM III)*;
- *UN Observer Mission in Angola (MONUA)*;
- *UN Mission in Bosnia and Herzegovina (UNMIBH)*;
- *UN Confidence Restoration Operation in Croatia (UNCRO)*;
- *UN Transitional Administration for Eastern Slavonia, Baranja and Western Sirmium (UNTAES)*;
- *UN Civilian Police Support Group (UNPSG)*;
- *UN Preventive Deployment Force (UNPREDEP)*, na antiga Iugoslávia e Macedônia;
- *UN Verification Mission in Guatemala (MINUGUA)*;
- *UN Support Mission in Haiti (UNSMIH)*;
- *UN Transition Mission in Haiti (UNTMIH)*; e
- *UN Civilian Police Mission in Haiti (MIPONUH)*.

Nos estertores do século XX e início do XXI, a ONU reavaliou seu papel no mundo, reexaminando os desafios das missões de paz ocorridas na década anterior e realizando as

reformas necessárias. Seu objetivo maior foi robustecer sua própria capacidade de manejar e sustentar suas operações em campo de forma mais eficaz.

Após esse revisionismo, a ONU obteve um bom entendimento de seus limites e da importância de ser mais eficaz em suas ações, a fim de poder desenvolver tarefas mais complexas. Com isso, esse organismo iniciou uma nova fase em suas missões de campo. Na prática, tal mudança ocorreu em 1999, quando a ONU auxiliou no nascimento de um novo país, o KOSOVO, originado do conflito ocorrido na ex-antiga Iugoslávia, por meio da *United Nations Interim Administration Mission in Kosovo (UNMIK)*, e no Timor Leste, por meio da *United Nations Transitional Administration In East Timor (UNTAET)*. Esta missão originou-se a partir do processo de independência do Timor Leste do jugo da Indonésia.

As contendas, a violência e a necessidade de auxílio aos povos menos assistidos não permitiram à ONU gastar muito tempo em seu revisionismo. Dessa forma, nos anos seguintes, o CS/ONU estabeleceu um grande número de missões complexas, em diversos países africanos e no Oriente Médio:

- *UN Operation in Burundi (ONUB)*;
  - *UN Mission in the Central African Republic and Chad (MINURCAT)*;
  - *UN Operation in Côte d'Ivoire (UNOCI)*;
  - *UN Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUC)*;
  - *UN Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUSCO)*;
  - *UN Mission in Ethiopia and Eritrea (UNMEE)*;
  - *UN Mission in Liberia (UNMIL)*;
  - *UN Mission in Sierra Leone (UNAMSIL)*;
  - *UN Mission in the Sudan (UNMIS) in the south of the country and African Union*;
  - *UN Hybrid Operation in Darfur (UNAMID)*;
  - *UN Interim Security Force for Abyei (UNISFA)*;
  - *UN Mission in the Republic of South Sudan (UNMISS)*; e
  - *UN Supervision Mission in Syria (UNSMIS)*.
- Por necessidade ou falta de planejamento,

houve o imperativo de reformular algumas outras missões, a fim de concluir operações vitais de manutenção e construção de paz onde essa, pela fragilidade, havia se fragmentado:

- *UN Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti (MINUSTAH)*; e a
- *UN Integrated Mission in Timor-Leste (UNMIT)*.

Em 2014-2015, a ONU foi mais duas vezes obrigada a intervir, estabelecendo novas missões na República do Mali e na República Centro Africana.

Em outubro de 2017, a bem-sucedida *MINUSTAH* foi extinta, dando lugar à *MINUJUSTH*.

## A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA SOB A ÉGIDE DA ONU

### *United Nations Emergency Force I (UNEF I)*

O Brasil participou da *United Nations Emergency Force I (UNEF I)*, estabelecida em 1956, a fim de resolver a crise na região do Canal de Suez, entre o Estado de Israel, o Egito e seus vizinhos árabes, deflagrada naquele mesmo ano. Enviamos para essa missão, entre 1957 e 1967, o efetivo de um batalhão.

O Batalhão Suez foi composto por 20 Contingentes do Exército Brasileiro. O Destacamento Precursor, composto por cerca de 80 sapadores, embarcou para a região, em janeiro de 1957, em avião da Força Aérea Americana. O grosso do batalhão foi transportado para Suez a bordo do navio Custódio de Melo, da Marinha do Brasil, e desembarcou em *Port Said*, em 4 de fevereiro de 1957.

As forças brasileiras ficaram estacionadas próximas à cidade de *Rafah*, instalando sua base num antigo forte inglês nas imediações da cidade, próximo à Faixa de Gaza. Sua principal missão na região foi patrulhar as fronteiras da linha de demarcação entre árabes e israelenses e limpar os campos de minas no deserto subjacente. O revezamento das tropas do contingente brasileiro ocorria de sete em sete meses.

Cerca de seis mil homens participaram do Batalhão Suez, em sistema de revezamento, durante seus dez anos de presença no Sinai. O retorno definitivo das forças ao Brasil se deu em 13 de junho de 1967, após a Guerra dos Seis Dias.

Em 1988, a *UNEF* recebeu a outorga do Prêmio Nobel da Paz, “Os boinas azuis da paz”.

Sete soldados brasileiros morreram na missão, seis por acidentes e “fogo amigo” e um envolvido em troca de tiros entre árabes e israelenses, nas proximidades do campo brasileiro.

### ***United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ) – MOÇAMBIQUE***

A *ONUMOZ* foi estabelecida para implementar o acordo geral de paz, assinado em outubro de 1992 pelo Presidente da República de Moçambique e o Presidente da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). O mandato incluía o monitoramento do cessar-fogo, a retirada de tropas estrangeiras, a segurança dos corredores de transporte e a verificação do processo eleitoral.

De janeiro de 1993 a dezembro de 1994, o Brasil contribuiu para a missão com um total de 26 observadores militares, 67 observadores policiais e, a partir de julho de 1994, com uma companhia de infantaria, composta de 170 militares. O Brasil cedeu também o *Force Commander* da *ONUMOZ* de fevereiro de 1993 a fevereiro de 1994.

A tropa chegou a Moçambique em três escalões. Um escalão precursor de aeronave C-139, um escalão aéreo, em aeronave KC-137 da Força Aérea Brasileira, e um escalão no navio de desembarque de docas CEARÁ.

Foi a primeira vez na história militar brasileira que o Brasil desdobrou tropas em outro continente com meios de suas próprias Forças Armadas, demonstrando ao mundo a capacidade brasileira de projetar poder em pouco período de tempo.

Após 18 dias de mar, a tropa chegou ao porto de Beira, a segunda maior cidade moçambicana. De lá, após se reunir com o escalão aéreo, partiu em um comboio para a região central do país, chamada Zambézi, instalando-se ao lado de uma pista de pouso feita de terra, na cidade de Mocuba. A missão brasileira permaneceu naquele local até novembro de 1994, realizando principalmente missões de patrulhamento de estradas, escolta de comboios, destruição de munição da guerrilha e destruição de armamento e munição.

### ***United Nations Angola Verification Mission***

### ***(UNAVEM) – ANGOLA***

A *UNAVEM I* foi estabelecida em dezembro de 1988. O Brasil contribuiu com oito observadores militares para essa missão, de janeiro de 1989 a maio de 1991 (término do mandato). Além disso, durante todo o mandato da *UNAVEM I*, o comando do contingente de 70 observadores militares da ONU foi realizado por um oficial-general brasileiro.

Além do comandante dos observadores militares, a participação brasileira na *UNAVEM I* (Angola, 1989-1991) foi até mesmo simplória, pois forneceu apenas 16 militares (observadores militares e equipe médica do Exército).

A *UNAVEM II* foi estabelecida em maio de 1991. O Brasil também contribuiu para essa missão até o seu término em fevereiro de 1995, fornecendo um total de 120 brasileiros, entre civis e militares que atuaram em Angola sob a égide da ONU. Foram oito observadores militares, nove observadores policiais e uma unidade médica.

Com a finalidade de monitorar as eleições em setembro de 1992, foram enviados, ainda, quatro observadores eleitorais (funcionários do Tribunal Superior Eleitoral). O País continuou exercendo o comando do contingente de observadores militares da ONU, de maio a setembro de 1991.

A *UNAVEM III* foi estabelecida para ajudar o governo de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), a restabelecer a paz e lograr a reconciliação nacional. Nessa missão, a participação brasileira foi ainda mais significativa. De agosto de 1995 a julho de 1997, o Brasil contribuiu com um batalhão de infantaria (800 homens), uma companhia de engenharia (200 homens), dois postos de saúde avançados (40 militares de saúde, entre médicos, dentistas, farmacêuticos e auxiliares de saúde) e, aproximadamente, 40 oficiais para o estado-maior do comando das forças militares da *UNAVEM III*.

Durante todo o período da missão, o Brasil também contribuiu com uma média de 14 observadores militares e 11 observadores policiais, chegando a ser o maior contribuinte com tropas na *UNAVEM III* que, durante quase dois anos, foi a maior operação de paz da ONU. A participação brasileira nessa missão fez com

que o Brasil ocupasse, no início de 1996, a posição de quarto maior contribuinte com tropas para operações de paz da ONU.

### ***United Nations Integrated Mission in Timor-Leste (UNMIT)***

Em 1999, previamente ao estabelecimento da UNMIT, o Brasil cedeu, com a autorização do Congresso Nacional, um pelotão de polícia do exército, com o efetivo um pouco maior que o doutrinário, e um oficial de estado-maior, a fim de compor uma força multinacional destinada a intervir no Timor Leste, com período de duração estimado em quatro meses.

A situação de segurança daquele país se degenerou e o CS/ONU, em setembro de 1999, com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, aprovou a Resolução nº 1264, na qual os estados membros da força multinacional original foram autorizados a compor uma operação de paz para intervir no Timor Leste e tomar todas as medidas necessárias para impor a paz. A participação brasileira teve 11 contingentes e terminou em 2005.

### ***United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL)***

A UNIFIL foi estabelecida para confirmar a retirada das forças israelenses do sul do Líbano, devolver a paz e a segurança regional e assistir o Governo Libanês na retomada da sua autoridade na região. Em 2006, após a 2ª Guerra do Líbano, a missão teve seu mandato ampliado, a fim de atender a novas necessidades e foi reforçada por novos contingentes.

Em atendimento à solicitação do Governo Libanês, foi criada de acordo com a Resolução 1.701/2006 do CS/ONU, a força-tarefa marítima (*Maritime Task Force – MTF*, sigla em inglês), pertencente à UNIFIL e subordinada ao Force Commander. Suas missões foram: por meio de operações de interdição marítima, evitar a entrada pelo mar de armamento não autorizado e auxiliar

a Marinha Libanesa no treinamento de pessoal, afim de que ela fosse capaz de controlar suas águas territoriais no futuro.

A UNIFIL foi a primeira e a única Missão de Paz da ONU a contar com uma força-tarefa marítima, atualmente comandada pela Marinha do Brasil. O primeiro navio de guerra da Marinha do Brasil incorporado a uma missão de paz da ONU ocorreu no dia 14 de novembro de 2011. A incorporação da F45 (Fragata União) foi um fato marcante para a história militar brasileira.

### ***Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti (MINUSTAH)***

Em fevereiro de 2004, após grave crise político-humanitária e após o insucesso de quatro missões consecutivas, a ONU estabeleceu a MINUSTAH.

O Brasil aceitou de pronto o desafio e, em maio de 2004, o primeiro escalão chegou a Porto Príncipe, capital haitiana. Era o início de uma epopeia que movimentou mais de 36 mil brasileiros, 11 *force commanders* e 26 contingentes.

A missão do Haiti trouxe desafios logísticos e operacionais que mudaram a face do Exército Brasileiro. Naquele território caribenho, enfrentamos gangues, um terremoto de grande magnitude e furacões; pacificamos o país e ajudamos humanitariamente milhões de desassistidos.

Foi a única missão da história da ONU onde o braço militar foi sempre chefiado por militares de uma mesma nacionalidade, no caso, a brasileira.

**A missão do Haiti trouxe desafios logísticos e operacionais que mudaram a face do Exército Brasileiro. Naquele território caribenho, enfrentamos gangues, um terremoto de grande magnitude e furacões; pacificamos o país e ajudamos humanitariamente milhões de desassistidos.**

## **OUTRAS PARTICIPAÇÕES BRASILEIRAS**

### **Força Armada Interamericana do Brasil - FAIBRAS (1965-1966)**

Pelo Decreto nº 56.308, de 21 de maio de 1965, o Congresso Nacional autorizou a constituição da FAIBRAS para integrar a Força Interamericana de Paz (FIP), sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O comando da FIP foi sucessivamente exercido por dois generais brasileiros, o General



Hugo Panasco Alvim e o General Álvaro da Silva Braga.

Além do comandante – o então Coronel Carlos de Meira Matos – e de seu estado-maior, a FAIBRAS era constituída por um Batalhão do Regimento Escola de Infantaria, o I/REsI, com 840 homens, e por um grupamento de Fuzileiros Navais do Batalhão Riachuelo, composto de uma companhia reforçada, um pelotão de polícia e um grupo de apoio logístico, totalizando 270 profissionais. No dia 27 de maio de 1965, a FAIBRAS concluiu sua concentração na capital dominicana, Santo Domingo.

Inicialmente, o contingente brasileiro esteve diretamente subordinado ao Comando da FIP, assim como todos os outros contingentes estrangeiros. Mas essa estrutura foi logo modificada e a FIP passou a enquadrar dois grupamentos de forças: o primeiro, chamado Forças dos EUA na República Dominicana (*USFORDOMREP*), que reunia os efetivos norte-americanos; o segundo, a Brigada Latino-Americana, que enquadrava todos os outros contingentes. Em razão de o contingente do Brasil ser maior que todos os outros enviados por países latino-americanos, o comando da Brigada Latino-Americana coube, cumulativamente, ao Comandante da FAIBRAS. Em 1965 e 1966, ao longo de dezesseis meses, mais de três mil militares brasileiros cooperaram com outros contingentes americanos para restabelecer a normalidade político-social naquele país caribenho.

***Missão de Observadores Militares Equador-Peru – MOMEPE (1995-1999)***

A MOMEPE atuou entre março de 1995 e junho de 1999, na região disputada por Equador e Peru. Tratava-se de uma área de selva no Vale do Rio Cenepa, onde inexisteriam marcos fronteirços até então. Composta por militares de Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos, a missão teve por meta a separação das forças em guerra e a efetivação do cessar-fogo que permitisse o desenvolvimento das negociações diplomáticas.

A Missão caracterizou-se como uma iniciativa regional, sem a participação da ONU, que tradicionalmente arregimenta as forças multinacionais de paz, ou da OEA, que costuma se posicionar em momentos de crise internacional nas Américas. Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos já eram mediadores antigos dessa histórica disputa territorial entre Equador e Peru, o que fez com que os países em conflito optassem por uma solução local.

Em que pese os Estados Unidos não fazerem parte da conformação regional da América do Sul, essa ação conjunta dos exércitos argentino, brasileiro, chileno e norte-americano (que contou, ainda, a partir de sua fase intermediária, com a participação de militares equatorianos e peruanos), estabeleceu um precedente para a cooperação militar na região para além do âmbito dos tradicionais exercícios militares. Tanto mais importante para o Brasil, que exerceu um papel central através da coordenação geral das operações. Ao longo dos quatro anos e meio de existência, a MOMEPE contou com 10 coordenadores gerais, todos generais-de-divisão brasileiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história da ONU, o Brasil tem participado com militares em missões individuais, tropa, policiais, e civis a serviço daquele organismo.

Apesar das missões com tropa serem mais significativas por trazerem mais visibilidade e dividendos ao país, não podemos nos esquecer da importância das missões individuais de nossos militares. Pulverizando militares em nove das quinze missões de paz atuais, disseminamos e mostramos ao mundo a qualidade do militar brasileiro, sua capacidade de trabalho, sua

dedicação e seu alto valor profissional. Esses valorosos militares se dedicam diuturnamente em um ambiente multicultural, muitas vezes estranho à sua formação, elevando, assim, aos poucos, o nome do Brasil perante a comunidade internacional.

As missões com tropa, como um capítulo à parte na historiografia militar brasileira, projetam o nome do Brasil no ambiente ONU, trazendo ao país mais voz ativa nas mesas de negociação daquele organismo, gerando expectativa na atuação das tropas de nosso país, toda vez que abre ou se expande uma missão de paz.

Sem dúvida, os dividendos colhidos com a participação de tropas brasileiras em missões de paz vão além do campo político e o Haiti é um bom exemplo disso.

Ao acompanhar os treze anos da *MINUSTAH*, observamos sua consequência no dia a dia de nossa Força, desde a melhora no uniforme e equipamento de nosso soldado, ao

aperfeiçoamento de nossos processos logísticos intra e extraterritoriais, com a criação de novas estruturas.

No Haiti deixamos nosso coração e nossa alma por meio da identificação de nosso soldado com o sofrimento do povo haitiano. Nosso modo de equilibrar o braço-forte e a mão-amiga serviu de inspiração para que Edmund Mullet, ex-representante do Secretário-Geral da ONU naquela missão, cunhasse o termo *Brazilian Soft Power* [\*].

O sucesso da missão de paz do Haiti está intimamente ligado à bem-sucedida participação dos militares brasileiros na *MINUSTAH*, o que, aliado a todas as demais participações brasileiras com tropa em missões de paz sob a égide da ONU, elevou o respeito internacional pelas nossas tropas que passaram a ser consideradas como uma das melhores em missões de paz do mundo.

Sem dúvida, o Brasil e nosso soldado merecem, e muito, essa deferência.

## REFERÊNCIAS

- Exército Brasileiro, COTER. *Palestra da Divisão de Missão de Paz*. Brasília-DF, 2013
- \_\_\_\_\_. *Histórico do Haiti*. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/web/haiti/historico>>. Acesso em 04 abr 14
- DPKO/ONU. *Current Peacekeeping Operations*. Disponível em <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/current.shtml>>. Acessado em 04 abr 14.
- \_\_\_\_\_. *Past Peacekeeping Operations*. Disponível em <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/past.shtml>>. Acessado em 04 abr 14.
- \_\_\_\_\_. *Peacekeeping Operations Budget*. Disponível em <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/C.5/68/21](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/C.5/68/21)>. Acessado em 23 abr 14.
- \_\_\_\_\_. *Ranking of Military and Police Contributions to UN Operations*. Disponível em <[https://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2014/mar14\\_2.pdf](https://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2014/mar14_2.pdf)>. Acessado em 02 mai 14.
- GIANNINI, R. *O Brasil em Missões de Paz – contribuições e desafios*. Carta Capital. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/o-brasil-em-missoes-de-paz-contribuicoes-e-desafios-4118.html>>. Acessado em 22 abr 14.
- JUNIOR, A.O.; GÓES, F.L. *A presença Brasileira em Operações de Paz da ONU*; Rio de Janeiro-RJ, IPEA, 2010
- KENKEL, K. M., DE MORAES, R. F. (Org). *O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado – Entre a tradição e a inovação*; Rio de Janeiro-RJ, IPEA, 2012.
- MRE e FONTOURA, P. R. C. T. da, *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas*, Brasília, Editora Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 1999, p. 201.

## NOTA

[\*] *Soft power*, ou poder suave, é o termo usado na diplomacia para definir a competência de um país para conseguir o que deseja por meio de sua cultura e de sua imagem, de sorrisos e paciência, em oposição a balas e canhões. O conceito foi delineado nos anos 1990 pelo cientista político americano Joseph Nye. Não é algo concreto, não há como medi-lo em cifras, não se vende na bolsa de valores, mas é inegável.

